



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES
Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº xx/2017.

Análise jurídica sobre a regularidade da Minuta do Edital e do Contrato Administrativo, referente ao procedimento licitatório, a ser realizado na modalidade Tomada de Preços, sob o nº xx/2017, para contratação de empresa de Engenharia Civil para execução dos serviços de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Júlio Borges.

Sr. Presidente,

A Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, no seu artigo 38, inciso VI e parágrafo único, submete à apreciação desta Assessoria a Minuta do Edital e do Contrato Administrativo, referente ao procedimento licitatório, modalidade Tomada de Preços, sob o nº xx/2017, para contratação de empresa de Engenharia Civil para execução dos serviços de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Júlio Borges.

Dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento, tais como: requisição formulada pelo órgão interessado, com a completa discriminação e especificação do objeto, projeto básico, planilha orçamentária, informação do setor financeiro atestando existência de recursos para a realização da despesa, minuta do edital e do contrato administrativo com os respectivos anexos.

É o relatório, passamos a opinar.

A elaboração do edital, referente ao procedimento administrativo em análise, seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, especialmente ao que dispõe os artigos 40 e 43 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, oferecendo oportunidade de concorrência e seguindo todos os princípios preconizados no diploma legal anteriormente citado. Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, elencados no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do instrumento convocatório resumido, realizada na forma da Lei nº 8.666/93.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Júlio Borges, (PI), 03 de agosto de 2017.

Assessor Jurídico

Júlio Borges de Oliveira
O AB/PI-9.367